

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ALCANÇAR A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (ODS 4)

Andrei Vanderlei de Siqueira Alves¹
Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU).
E-mail: direcao@fccidade.com.br.

Celso Viviani Alves²
Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU).
E-mail: celso@fccidade.com.br.

Dra. Andréia Fogaça Rodrigues Maricato³
E-mail: andreia.frmaricato@unitau.br

Resumo:

Este artigo analisa os desafios e oportunidades das Instituições de Ensino Superior (IES) em São José dos Campos para alcançar a ODS 4, que visa assegurar uma educação inclusiva e de qualidade. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, o estudo aborda a expansão das IES entre 2010 e 2023, o crescimento dos cursos tecnológicos e a predominância da rede privada. Discute-se a necessidade de conciliar a formação técnica com uma abordagem humanística e crítica, alinhada aos princípios da Agenda 2030. A análise inclui a Teoria das Capacidades, de Amartya Sen e Martha Nussbaum, que valoriza a educação como elemento de desenvolvimento humano, e o conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu, que explica as desigualdades no acesso educacional. Conclui-se que as IES de São José dos Campos possuem potencial para contribuir com a ODS 4, desde que articulem estratégias para melhorar a retenção, garantir equidade e promover uma formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino Superior; ODS 4; São José dos Campos; Educação de Qualidade; Formação Humana.

Introdução

A educação é um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável, desempenhando um papel estratégico na promoção da equidade, cidadania e

inovação social. Reconhecida pela Agenda 2030 das Nações Unidas, a ODS 4 destaca a necessidade de garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas (World Education Forum, 2015). No entanto, a realização desse objetivo enfrenta barreiras que variam de acordo com contextos regionais, econômicos e culturais, desafiando gestores e educadores a encontrar soluções que alinhem inclusão e qualidade educacional em um mundo em constante transformação.

São José dos Campos, localizada no estado de São Paulo, é conhecida como um dos principais polos tecnológicos do Brasil e apresenta um cenário educacional marcado por expansão significativa no ensino superior. Entre 2010 e 2023, o número de Instituições de Ensino Superior (IES) na cidade aumentou de 30 para 88, acompanhado de uma diversificação nos tipos de cursos ofertados, com destaque para o crescimento expressivo dos cursos tecnológicos. (Brasil, 2025) Essa expansão reflete não apenas o dinamismo econômico e tecnológico da região, mas também os desafios relacionados à qualidade educacional, permanência e conclusão dos cursos, especialmente diante da predominância da rede privada, que responde por aproximadamente 88% das IES da região. (SEMESP, 2025)

A predominância de cursos tecnológicos na região está alinhada às demandas do mercado de trabalho e ao perfil econômico local, mas levanta questionamentos sobre a formação integral dos estudantes. Estudos como os de Dib, Dutra e Vieira (2017) apontam para os riscos de uma abordagem tecnicista no ensino superior, que pode negligenciar a formação humanística, ética e crítica, fundamentais para a construção de cidadãos capazes de atuar de forma transformadora em suas comunidades. Além disso, a análise de políticas públicas educacionais destaca a necessidade de investimentos em infraestrutura, metodologias ativas e tecnologias educacionais, elementos fundamentais para promover a inclusão e o desenvolvimento de competências socioemocionais, como destaca o Marco de Ação da Educação 2030. (World Education Forum, 2015)

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e oportunidades enfrentados pelas IES em São José dos Campos no contexto da ODS 4, com ênfase na relação entre a expansão do ensino superior, a introdução de tecnologias educacionais e as políticas públicas que visam garantir uma educação inclusiva e de qualidade. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, busca-se compreender como as IES da região podem contribuir para

transformar o cenário educacional, promovendo não apenas o acesso, mas também a permanência e a formação integral dos estudantes.

Ao longo do texto, serão apresentados dados empíricos e reflexões teóricas que dialogam com autores como Marconi e Lakatos (2017), que ressaltam a importância da análise documental na investigação científica, e Gil (2008), que destaca o papel da pesquisa bibliográfica na sistematização de conceitos relevantes. Além disso, serão discutidas as contribuições da Teoria das Capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum, que apontam para a educação como um bem imaterial e fundamental para a liberdade humana (Santos, 2023), e os conceitos de capital cultural de Pierre Bourdieu, que ajudam a compreender as desigualdades no acesso e sucesso educacional. (Nogueira e Nogueira, 2002) Dessa forma, este estudo busca oferecer uma visão crítica e integrada sobre o papel do ensino superior em São José dos Campos para alcançar os princípios da ODS 4 e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

Revisão da literatura

A literatura sobre educação e desenvolvimento regional oferece bases para compreender o cenário educacional de São José dos Campos. A Teoria das Capacidades, de Amartya Sen e Martha Nussbaum, entende a educação como vetor de liberdade e de ampliação das escolhas humanas, enfatizando a necessidade de garantir condições equitativas de aprendizagem. Pierre Bourdieu, ao discutir o conceito de capital cultural, explica como as desigualdades sociais impactam o acesso e o sucesso escolar, evidenciando a reprodução das desigualdades no ensino superior. Além disso, autores como Dib, Dutra e Vieira (2017) criticam o tecnicismo predominante no ensino, defendendo uma visão mais holística e humanística. Essa discussão é relevante para analisar a predominância dos cursos tecnológicos em São José dos Campos e seus efeitos sobre a formação integral dos estudantes.

Metodologia

O caminho metodológico escolhido para o desenvolvimento desse artigo se dá por meio da pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa e com objetivos exploratórios. Foi realizado levantamento documental provenientes de

artigos científicos disponíveis nos sites Google Acadêmico, Scielo, Science Direct, Web of Science, Portal de Periódicos CAPES, do portal educacional QEDu, portal Gov e documentos disponibilizados pela SEMESP e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa documental tem por objetivo explorar documentos que ainda não receberam um tratamento analítico, enquanto a bibliográfica é aquela que se volta para a análise de conceitos já sistematizados. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite a identificação das principais contribuições já produzidas na temática abordada pela pesquisa científica, facilitando a compreensão de conceitos relevantes.

Para análise dos dados, foi empregada a técnica de análise de conteúdo, buscando identificar tendências, desafios e padrões na expansão do ensino superior na região, com atenção especial às disparidades no acesso, permanência e conclusão dos cursos, além de aspectos relacionados à qualidade educacional e alinhamento com os princípios da ODS 4. O foco na cidade de São José dos Campos permitiu uma contextualização regional do cenário nacional, destacando as especificidades locais, como a predominância da rede privada e a expansão dos cursos tecnológicos.

Resultados

Educação de Qualidade (ODS 4)

Em setembro de 2015, os países signatários da ONU estabeleceram um compromisso em relação ao desenvolvimento humano com a publicação do documento denominado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável”, que se consubstanciou na aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com a intenção de dar continuidade à agenda anterior denominada “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, que teve sua vigência encerrada em 2015, as ODS, compostas por 17 objetivos, se propõem a enfrentar uma amplitude de problemas globais que obstaculizam o desenvolvimento humano (Brasil, 2014).

A proposta é que até 2030, os seguintes objetivos sejam alcançados: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7.

Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; e, 17. Parcerias e meios de implementação.

Tais objetivos não são apenas um conjunto de intenções, mas são orientações para uma tomada de ação governamental, a fim de que sejam implementadas políticas públicas capazes de tornar possível o alcance dessas metas (Vargas, 2019). É importante também salientar que o diálogo e o acompanhamento da sociedade civil se fazem necessário para que não sejam construídas propostas, estratégias e ações inoperantes. Dessa forma, o foco do objetivo não está em se estabelecer um ideal, mas transformar uma realidade que se mostra urgente e necessária.

Vale salientar, no que diz respeito à prática de uma política pública, a preocupação de Randolph (2018) quando diferencia: a ausência de um fenômeno da “prática” do “não-acontecimento”. Para Randolph, o “não-acontecimento” seria um fenômeno produzido de forma intencional e não acidental. Em outras palavras, a virtualidade de um não-acontecimento é deliberadamente produzida por forças que se pretendem construir uma prédica sem compromisso real com a prática. As ODS não podem se tornar uma questão meramente semântica, que por força do discurso se propõem manipular a sociedade civil, mas precisam ser transformadas em ações e, para além disso, observar se realmente os resultados almejados estão efetivamente sendo alcançados (Randolph, 2018).

A ODS 4, foco desse ensaio acadêmico, tem como intenção precípua assegurar uma educação qualidade, por meio da inclusão e da promoção de oportunidades ao longo da vida para todas as pessoas. Para garantir o alcance de tal meta, há uma série de objetivos que precisam ser alcançados (Nações Unidas no Brasil, 2025):

Quadro 1 – ODS 4 Educação de Qualidade

<p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos</p>
--

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da

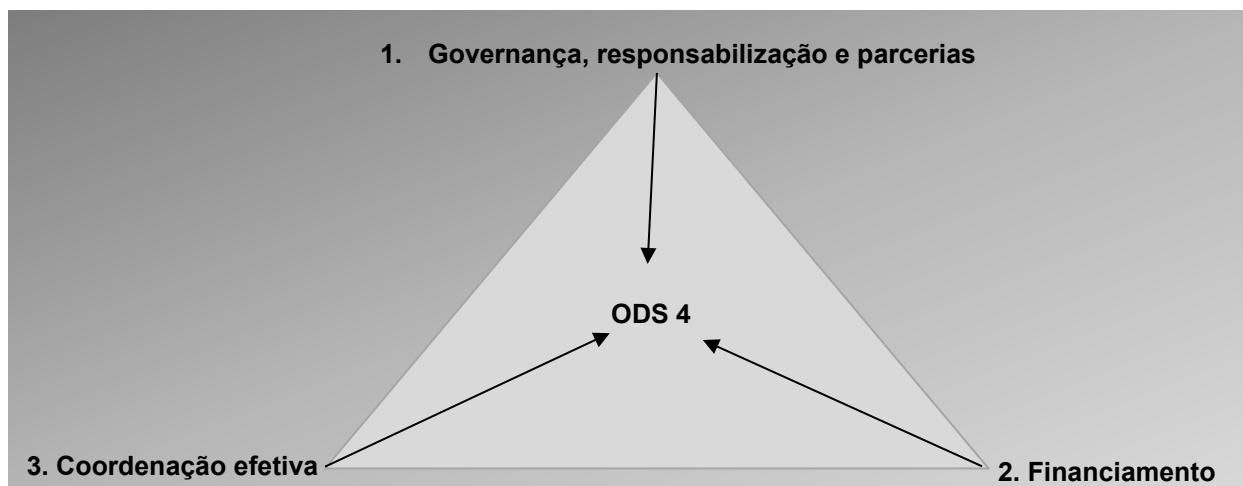
informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Fonte: Vargas, 2019

De acordo com Vargas (2019), todas as estratégias criadas para o alcance das ODS devem ser coordenadas de forma conjunta, criando-se meios e alternativas para a implementação das metas. Ainda, o autor destaca que os resultados insatisfatórios obtidos com a ODM 2 (que vigorou até 2015), que tinha como foco a educação, foi elaborado pela Unesco o “Marco de Ação da Educação 2030”, com diretrizes específicas para a implementação da ODS 4. Representantes de 184 países, de movimentos da sociedade civil, organizações não-governamentais e organizações internacionais participaram na construção desse documento. É possível perceber a necessidade de um tripé para a consecução da ODS 4, a saber: 1. Governança, responsabilização e parcerias; 2. Coordenação efetiva; e, 3. Financiamento.

Figura 1 – Tripé das ODS 4



Fonte: Elaborado pelo autor

No primeiro item do tripé, é possível perceber que os governos exercem um papel central e são os principais responsáveis para a implementação da ODS, promovendo ações que garantam o direito à educação, além de administrar com eficácia os recursos destinados para essas atividades. Entretanto, como dito anteriormente, faz-se mister o acompanhamento da sociedade civil, professores, educadores, instituições do setor privado e público, organizações filantrópicas, comunidade acadêmica e organizações estudantis em relações às ações estatais e políticas públicas criadas (Vargas, 2019).

A coordenação efetiva se dá numa abordagem integrada, interdisciplinar e estruturada das mais diversas áreas, envolvendo os níveis regionais e globais, por meio da cooperação entre todas as agências internacionais responsáveis pela Educação 2030 (Vargas, 2019).

Por fim, no item 3, Vargas (2019) reforça a necessidade de aumentar investimento na área da educação, tanto no que diz respeito aos orçamentos nacionais quanto no apoio internacional ao desenvolvimento. Há uma recomendação que o gasto público em educação não seja inferior a 4% do PIB e que os países doadores cumpram o acordado de alocar pelo menos 0,7% de seu Produto Nacional Bruto (PNB) para a ajuda oficial ao desenvolvimento.

Imprescindível salientar que mesmo diante de um cenário onde se expõe uma proposta com objetivos claros, exequíveis e tangíveis, ainda assim a temática “educação de qualidade” guarda em sua semântica uma complexidade de significados e possibilidades (Pinto e Cangue, 2022), que podem ser diferentes de acordo com o contexto e cultura. Em outras palavras, o conceito de educação de qualidade se move no tempo e no espaço, o que torna ainda mais difícil se verificar de forma objetiva o alcance efetivo das metas.

De acordo com Pinto e Cangue (2022), há algum tempo tem se afirmado que há uma vinculação entre a condição de desenvolvimento e bem-estar de uma determinada sociedade com o nível educacional alcançado por ela. Ainda assim, o conceito de qualidade é variável, não possuindo valores comuns e tampouco uma clareza sobre seu significado. Ainda quando se afirma sobre a questão geográfica e temporal, outro fator fica claro: o ponto de partida sobre o alcance a uma educação de qualidade se torna abismal (Pinto e Cangue, 2022). Para o autor, mesmo diante desse desafio semântico, a ODS 4 deve ser compreendida como um bem imaterial do

ser humano, que está inerente à pessoa humana, não podendo ser retirado ou impedido o acesso.

De acordo com a Declaração de Incheón (World Education Forum, 2015) e, conseqüentemente, o Marco de Ação da Educação 2030, a educação de qualidade deve ser aquela que potencializa o ser humano em suas habilidades de forma integral, ampliando os seus horizontes para que ele possa se desenvolver plenamente por meio da sua autonomia e liberdade. Portanto, essa educação de qualidade deve promover a criatividade e o conhecimento, além das competências fundamentais em alfabetização e matemática (World Education Forum, 2015). O desenvolvimento das habilidades interpessoais e sociais, bem como a resolução de problemas e habilidades analíticas se tornam importantes na construção dessa meta (World Education Forum, 2015). Outra questão que é levantada é a promoção de valores, atitudes e capacidades que estimulem os indivíduos a possuírem vidas saudáveis e significativas, tomando decisões conscientes e enfrentando os desafios locais e globais para o desenvolvimento de uma cidadania global (ECG) e o desenvolvimento sustentável (EDS) (World Education Forum, 2015).

Diante disso, as instituições de ensino superior (IES) possuem um papel importante na construção e alcance dessa meta, para que no processo ensino-aprendizagem sejam criados espaços para a construção e formação de profissionais críticos, éticos e capazes de observar a realidade, propondo soluções transformadoras.

Ensino Superior no Brasil

A 14ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, produzida pelo Instituto Semesp, oferece uma análise abrangente do setor, considerando modalidades presencial e EAD nas redes privada e pública em todas as regiões do país. O relatório utiliza dados de 2009 a 2024, provenientes de diversas fontes como Censos da Educação Superior, IBGE, Enem, Enade, SisProUni e pesquisas inéditas, como o estudo Perfil e Desafios dos Professores da Educação Básica, realizado em 2024 (SEMESP, 2025).

O documento reúne indicadores cruciais para entender o ensino superior no Brasil, incluindo matrículas, taxas de evasão, cursos mais procurados, bolsas, mensalidades, empregabilidade, perfil de alunos e professores. Após dois anos de

impactos da pandemia, observa-se uma recuperação do setor, com crescimento de 5,1% nas matrículas entre 2021 e 2022, concentrado na rede privada (6,6%). Apesar da desaceleração na queda de matrículas presenciais e no crescimento do EAD, há sinais de retomada mais expressiva para 2023 e 2024 (SEMESP, 2025).

A quantidade de matrículas no ensino superior em relação às regiões do país, possui o seguinte cenário até o ano de 2022 (SEMESP, 2025):

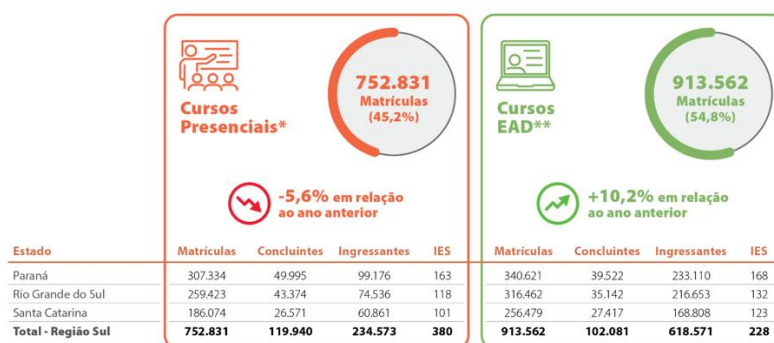
Quadro 2 – Matrículas no Ensino Superior por região

Região	Presencial	Educação a Distância (EAD)
Norte	402.901	397.770
Centro-Oeste	465.247	381.072
Sul	752.831	913.562
Sudeste	2.260.055	1.855.131
Nordeste	1.232.148	780.573

Fonte: Elaborado pelo autor

A região Sudeste que concentra a maior quantidade de habitantes possui a maior parcela das matrículas do ensino superior, representando 45,1% do total de 2022. Já a região Nordeste, segunda região mais populosa do Brasil, registra apenas 21,3% das matrículas (SEMESP, 2025). No que diz respeito à Educação a Distância (EAD) a região Sul já possui mais matrículas nos cursos EAD do que em cursos presenciais, totalizando 54,8% na modalidade:

Figura 2 – Matrículas no Ensino Superior na Região Sul



Fonte: SEMESP, 2025

A região Centro-Oeste detém cerca de 9,0% de matrículas no ensino superior do Brasil. Ainda, há um agravante de que os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem uma alta taxa de desistência na rede privada: 62% dos alunos não se concluem a graduação.

De acordo com a pesquisa (SEMESP, 2025), o número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil apresentou estabilidade em 2022, com um pequeno aumento de 0,8%. A rede privada representa 88% do total, com 63,5% das instituições sendo com fins lucrativos, enquanto na rede pública, as IES estaduais predominam, correspondendo a 42,6%:

Figura 3 – IES da rede pública e privada



Fonte: SEMESP, 2025

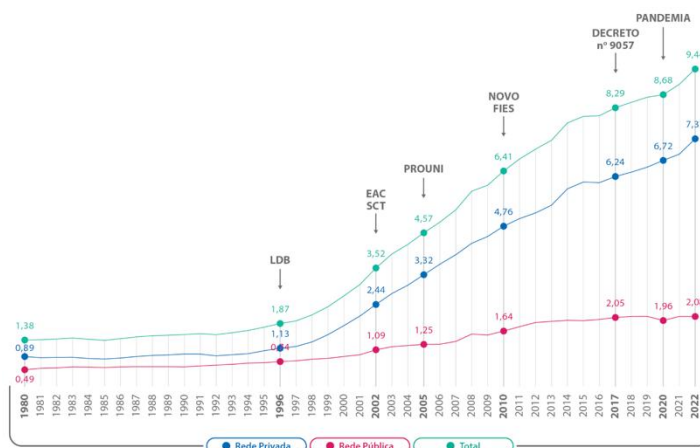
Na rede privada, 79,8% das instituições são faculdades, focadas em formações específicas, enquanto apenas 3,9% são universidades, que possuem um portfólio

mais amplo. Um destaque foi o crescimento de 9,8% no número de centros universitários privados. Na rede pública, 36,9% das IES são universidades. As IES de porte pequeno ainda são maioria, representando 82,8% das instituições privadas e 36,4% das públicas. Contudo, as instituições de porte gigante (mais de 20 mil matrículas), embora representem apenas 4,9% do total, concentram 64,9% das matrículas (68,2% na rede privada e 53,2% na pública), mostrando uma tendência de concentração do setor, o que pode impactar a diversidade, a concorrência e a qualidade do ensino (SEMESP, 2025).

Entre 2023 e 2024, o crescimento no número de polos EAD foi de 10,8%, com 12,4% de aumento na rede privada e queda de 7,6% na pública, refletindo a desaceleração no crescimento de matrículas. De 2018 a 2024, os polos EAD da rede privada cresceram 263%, mantendo a maioria das matrículas de ensino a distância concentradas nesse segmento (SEMESP, 2025).

Entre 2021 e 2022, as matrículas no ensino superior cresceram 5,1%, impulsionadas principalmente pela rede privada, que aumentou 6,6% e concentra 78% dos estudantes. São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro representam 41,7% do total de matrículas no país, com destaque para Santa Catarina, onde 86,4% das matrículas estão em instituições privadas (SEMESP, 2025).

Figura 4 – Evolução do Número de Matrículas no Ensino Superior Brasileiro (em milhões)



Fonte: SEMESP, 2025

A área de “Negócios, Administração e Direito” lidera em número de alunos, enquanto a área de “Computação e TIC” apresentou o maior crescimento de matrículas (28,1%). Cursos de Saúde também cresceram (10,3%), enquanto os de Engenharia tiveram queda de 3,8% (SEMESP, 2025).

Matrículas em cursos presenciais continuam em declínio desde 2015, mas a queda desacelerou para 3% em 2022, com 54,1% dos alunos ainda nessa modalidade. Já os cursos EAD cresceram 16,5% em 2022, embora o ritmo esteja desacelerando. A rede privada domina o EAD, com 95,8% das matrículas, e 56,3% dos alunos privados já estão nessa modalidade. Os cursos presenciais atraem majoritariamente jovens de até 24 anos (acima de 60%), enquanto o EAD é predominantemente frequentado por faixas etárias mais elevadas, pouco contribuindo para o aumento da escolarização líquida entre jovens. Apenas 26% dos estudantes até 24 anos na rede privada estão matriculados em cursos EAD (SEMESP, 2025).

Ensino Superior em São José dos Campos, São Paulo

A rede privada do estado de São Paulo concentra 92,7% das matrículas em cursos a distância (EAD), apresentando uma leve redução de 0,7 ponto percentual em comparação a 2022. Nos cursos presenciais, essa concentração é de 76,7%. Entre 2021 e 2022, as matrículas em cursos presenciais registraram uma redução de 5,0%, com quedas de 6,2% na rede privada e 0,9% na pública. Em contrapartida, os cursos EAD tiveram um aumento de 20,6% no mesmo período, sendo 19,8% na rede privada e 32,6% na pública (SEMESP, 2025).

Em 2022, 62,5% das novas matrículas foram em cursos EAD. No ensino presencial, houve um aumento de 14,7% no número de ingressantes, com crescimento de 18,3% na rede privada. Nos cursos EAD, o número de ingressantes aumentou 30,6%, com 28,6% desse crescimento concentrado nas instituições privadas. No total, 345 mil estudantes concluíram a graduação em 2022, dos quais 34,0% eram de cursos EAD. Nos cursos presenciais, o número de concluintes caiu 10,4%, com uma redução de 13,2% na rede privada. Já no EAD, houve um aumento

de 10,0%, sendo 7,9% desse crescimento registrado na rede privada (SEMESP, 2025).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), é possível observar a evolução da realidade do município de São José dos Campos de 2010 até 2023:

Quadro 3 – Mapeamento Geral do Ensino Superior em São José dos Campos

Ano	IES	Cursos	Ingressos	Matrículas	Concluintes
2010	30	276	10.989	26.320	3.854
2011	27	271	12.843	29.923	4.347
2012	28	309	16.150	33.262	4.383
2013	28	328	15.993	36.765	4.398
2014	29	397	19.680	39.199	4.918
2015	30	430	16.857	40.719	5.634
2016	31	471	16.367	39.845	5.374
2017	38	562	15.329	41.012	5.653
2018	47	692	18.136	43.872	6.433
2019	55	912	19.870	42.166	6.922
2020	63	1261	19.803	41.223	6.375
2021	72	1566	18.701	38.482	6.621
2022	82	1865	26.728	41.749	5.948
2023	88	2309	24.026	43.640	6.478

Fonte: Brasil, 2025

O quadro evidencia uma significativa expansão do Ensino Superior em São José dos Campos entre 2010 e 2023. O número de Instituições de Ensino Superior (IES) passou de 30 para 88, enquanto os cursos ofertados aumentaram de 276 para 2.309. Esse crescimento resultou em um aumento das matrículas, de 26.320 para 43.640, embora o número de ingressantes tenha variado ao longo do período, com um pico de 26.728 em 2022 e retração em 2023. A pandemia de COVID-19 impactou negativamente os ingressos entre 2020 e 2021, mas os dados mostram uma recuperação subsequente. Apesar da expansão, o número de concluintes cresceu em

proporção menor, indo de 3.854 em 2010 para 6.478 em 2023, sugerindo desafios de retenção relacionados a fatores como custo, qualidade de ensino e questões socioeconômicas.

Esses dados indicam uma transformação importante na educação superior da região, acompanhada de desafios estruturais. A disparidade entre a ampliação da oferta e a taxa de conclusão aponta para a necessidade de investigar barreiras como a evasão e o impacto das políticas públicas.

Quadro 4 – IES Pública e Privada em São José dos Campos

Ano	IES Total	Rede Pública	Rede privada
2010	30	8	22
2011	27	7	20
2012	28	8	20
2013	28	8	20
2014	29	7	22
2015	30	8	22
2016	31	9	22
2017	38	10	28
2018	47	10	37
2019	55	11	44
2020	63	11	52
2021	72	11	61
2022	82	11	71
2023	88	11	77

Fonte: Brasil, 2025

A tabela evidencia a evolução das Instituições de Ensino Superior (IES) em São José dos Campos entre 2010 e 2023, destacando a divisão entre redes pública e privada. O número total de instituições cresceu significativamente no período, passando de 30 em 2010 para 88 em 2023, refletindo uma ampliação expressiva da oferta de ensino superior na região. Esse crescimento foi liderado pela rede privada, que registrou um aumento de 22 instituições em 2010 para 77 em 2023, enquanto a

rede pública apresentou uma expansão mais tímida, variando de 7 para 11 instituições no mesmo intervalo.

A predominância do setor privado ao longo do período é evidente, representando cerca de 88% das IES em 2023. Essa disparidade aponta para desafios relacionados à acessibilidade econômica, uma vez que o ensino superior privado pode limitar o acesso de estudantes de baixa renda. Além disso, o crescimento modesto da rede pública sugere a necessidade de políticas públicas voltadas para a ampliação do setor, de forma a garantir maior equidade no acesso ao ensino superior. Embora a expansão da rede privada tenha contribuído para a diversificação da oferta educacional, é fundamental avaliar como essas instituições estão impactando o desenvolvimento regional, especialmente no que diz respeito à qualidade e inclusão.

Quadro 5 – Grau acadêmico dos cursos ofertados em São José dos Campos

Ano	Cursos Totais	Bacharelado	Licenciatura	Tecnológico
2010	276	112	65	99
2011	271	113	57	101
2012	309	125	64	120
2013	328	134	66	129
2014	397	150	91	157
2015	430	160	97	174
2016	471	170	116	186
2017	562	195	142	225
2018	692	233	180	279
2019	912	307	210	396
2020	1261	426	273	563
2021	1566	515	315	736
2022	1865	640	340	882
2023	2309	792	405	1108

A tabela apresenta a evolução do grau acadêmico dos cursos ofertados em São José dos Campos entre 2010 e 2023, com destaque para bacharelado, licenciatura e cursos tecnológicos. O número total de cursos cresceu

significativamente no período, passando de 276 em 2010 para 2.309 em 2023, evidenciando uma diversificação e expansão da oferta de ensino superior na região.

Os cursos tecnológicos lideraram o crescimento, aumentando de 99 em 2010 para 1.108 em 2023, representando mais de 47% do total de cursos em 2023. Essa expansão reflete a crescente demanda por formações mais curtas e voltadas para o mercado de trabalho. Os cursos de bacharelado também cresceram substancialmente, de 112 em 2010 para 792 em 2023, indicando a manutenção da relevância dessa modalidade no ensino superior. Por outro lado, os cursos de licenciatura apresentaram crescimento mais tímido, passando de 65 em 2010 para 405 em 2023, embora tenham aumentado sua proporção nos últimos anos. Esses dados mostram um direcionamento da oferta educacional para atender tanto às demandas técnicas do mercado quanto à formação acadêmica e pedagógica.

Discussão

No que diz respeito a ODS 4 e a discussão sobre a Educação de Qualidade, evoca-se a Teoria das Capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum, em que a educação não é vista apenas como um processo de transmissão de conhecimento. A Teoria das Capacidades ressignifica o conceito de desenvolvimento humano, ao estar ancorada no bem-estar e progresso dos indivíduos e nas suas respectivas habilidades e capacidades para tomar decisões e viver uma vida digna (Santos, 2023). Essa perspectiva sugere que o verdadeiro desenvolvimento deve ser avaliado pela habilidade das pessoas de fazer escolhas significativas e de alcançar funcionamentos que considerem valiosos, como educação, saúde e participação social. Sen introduziu os conceitos de "capabilidades básicas" (Santos, 2023), que incluem os mínimos necessários para uma vida digna, e "funcionamentos", que são as realizações concretas das pessoas em suas vidas. A liberdade de escolha é central nesta teoria, pois permite que os indivíduos exercitem sua agência e busquem metas que considerem essenciais para o florescimento humano. Nesse sentido, a Teoria das Capacidades vai além de métricas convencionais, ao considerar também as barreiras sociais, econômicas e culturais que limitam o acesso a essas oportunidades.

De acordo com Santos (2023), no campo da educação, essa teoria tem um papel fundamental na promoção de uma abordagem inclusiva e equitativa. Nussbaum complementa a visão de Sen ao propor uma lista de capacidades centrais que todos

os seres humanos devem ter para alcançar uma vida plena, como o acesso à educação, participação política e expressão cultural.

Aplicada ao contexto educacional (Santos, 2023), a Teoria das Capacidades se alinha com os princípios de justiça social, ao garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas ou diferenças individuais, tenham a oportunidade de desenvolver suas capacidades e realizar seus funcionamentos. Essa abordagem é particularmente relevante em cenários de desigualdade, pois busca oferecer as condições necessárias para que cada indivíduo possa alcançar o seu potencial máximo, promovendo autonomia e autodeterminação em contextos frequentemente marcados por opressões estruturais (Santos, 2023).

Já Bourdieu (Nogueira e Nogueira, 2002), traz o conceito de capital cultural como central para compreender a relação entre a origem social, acesso e sucesso no ensino. Nogueira e Nogueira (2002) afirma que o capital cultural é definido como um conjunto de conhecimentos, habilidades, disposições e valores que são culturalmente legitimados e adquiridos por meio da socialização, sendo dividido em três formas principais: o incorporado, que corresponde a hábitos e disposições internalizados durante a socialização familiar, como linguagem e gosto artístico; o objetivado, representado por bens culturais materiais, como livros e obras de arte; e o institucionalizado, que se manifesta em títulos e diplomas educacionais reconhecidos socialmente.

Além disso, o capital cultural desempenha um papel fundamental no sucesso acadêmico. Ele atua como uma ponte entre o ambiente familiar e a cultura escolar, favorecendo alunos que trazem de casa os repertórios culturais valorizados pela instituição (Nogueira e Nogueira, 2002). No ensino superior, essas exigências são ainda mais pronunciadas, uma vez que os cursos mais prestigiosos demandam habilidades como destreza intelectual, elegância verbal e familiaridade com a cultura dominante, características que tendem a ser exclusivas das elites culturais (Nogueira e Nogueira, 2002). Essa desigualdade na distribuição de capital cultural contribui para a reprodução das desigualdades sociais, já que alunos provenientes de classes menos favorecidas têm maior dificuldade em atender às demandas implícitas da escola e do ensino superior (Nogueira e Nogueira, 2002). Assim, a educação, em vez de neutralizar as desigualdades, frequentemente as reforça, ao favorecer os indivíduos que já possuem o capital cultural adequado às exigências escolares.

Outra questão imprescindível para ser discutida é o fato de que foi possível observar a discrepância entre a taxa de alunos matriculados no Ensino Superior e a quantidade que conclui a sua formação. Costa (2016), em sua tese de doutorado desenvolveu uma pesquisa com o tema “A luta pelo ensino superior: com a voz, os evadidos” com a finalidade de estudar o fenômeno da evasão no ensino superior. O autor (Costa, 2016), argumenta que a evasão é resultado de uma interação complexa entre desigualdades sociais, limitações institucionais e as expectativas culturais impostas aos estudantes, reforçando a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais que promovam maior equidade no acesso e na permanência. Portanto, essa abordagem teórica ressalta que a evasão não é apenas um problema individual, mas uma manifestação de questões sistêmicas relacionadas à estrutura social e à forma como o sistema educacional se organiza para incluir ou excluir determinados grupos (Costa, 2016).

Nos dados levantados, foi constatado o grande interesse pelos cursos tecnológicos, não apenas na criação de cursos como também no número de matrículas realizados de 2010 a 2023 no município de São José dos Campos.

Segundo Dib, Dutra e Vieira (2017), destaca a prevalência do tecnicismo na educação brasileira, especialmente consolidado durante o período militar, como uma abordagem que fragmentou o conhecimento e reduziu o papel do professor a um mero intermediário de verdades científicas. Essa perspectiva disciplinar promoveu uma visão estreita da educação, negligenciando a construção colaborativa e integral do saber. A crise do paradigma tecnicista e da razão moderna (Dib, Dutra e Vieira, 2017), impulsionada por avanços como a teoria da complexidade e a mecânica quântica, revelou a inadequação do reducionismo na compreensão da realidade. A ciência da complexidade, proposta por Edgar Morin, oferece uma abordagem sistêmica e interconectada, permitindo superar a visão fragmentada e promover uma educação que integre diferentes dimensões (econômica, social, psicológica e cultural) em um todo dinâmico e interdependente (Dib, Dutra e Vieira, 2017).

A transição para essa visão holística exige mudanças na formação docente, promovendo profissionais críticos, transdisciplinares e capacitados tecnologicamente para interagir com a complexidade do mundo contemporâneo (Dib, Dutra e Vieira, 2017). A formação integral do ser humano emerge como um objetivo essencial, superando os limites da especialização isolada e favorecendo a integração entre as partes e o todo no processo educacional.

Conclusão

As Instituições de Ensino Superior (IES) em São José dos Campos têm desempenhado um papel central na expansão do acesso à educação superior, conforme evidenciado pelos dados que mostram um crescimento expressivo no número de cursos e matrículas entre 2010 e 2023. Contudo, esse avanço quantitativo ainda enfrenta desafios significativos no que se refere à qualidade e à equidade do ensino, aspectos fundamentais para a realização dos objetivos da ODS 4. A análise do contexto regional destaca disparidades entre o crescimento da oferta de vagas e a taxa de conclusão dos cursos, apontando a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de um planejamento institucional que priorize a retenção e a formação integral dos estudantes.

Os cursos tecnológicos, em particular, se consolidaram como uma tendência marcante, atendendo à demanda do mercado e ao perfil da população estudantil. No entanto, é imprescindível que essa oferta não se limite a uma abordagem tecnicista, mas que integre uma perspectiva humanística, alinhada aos princípios da educação de qualidade promovidos pela ODS 4. Essa visão requer uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos, éticos e socialmente responsáveis, capazes de transformar a realidade em que estão inseridos.

A partir das teorias discutidas, como a Teoria das Capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum, emerge a necessidade de promover uma educação que vá além da transmissão de conhecimento técnico, valorizando as potencialidades humanas e o desenvolvimento integral do indivíduo. Isso demanda um compromisso efetivo das IES em São José dos Campos em atuar como agentes de transformação social, ampliando o acesso à educação inclusiva e equitativa, especialmente para os grupos mais vulneráveis, e criando estratégias que garantam o direito à aprendizagem ao longo da vida.

Por fim, a relação entre a expansão do ensino superior e a concretização dos objetivos da ODS 4 em São José dos Campos exige uma coordenação mais efetiva entre governos, sociedade civil e o setor privado. Apenas com uma abordagem integrada e um investimento consistente em infraestrutura, formação docente e apoio aos estudantes será possível superar os desafios existentes e transformar as oportunidades em ações concretas que contribuam para uma educação de qualidade na região. Assim, as IES poderão não apenas atender às demandas do mercado, mas

também cumprir seu papel na promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, alinhado à Agenda 2030.

Referências

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. **Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Elementos Orientadores da Posição Brasileira**. Brasília, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior: Resultados**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 15 jan. 2025.

COSTA, Silvio Luiz da. **A luta pelo ensino superior: com a voz, os evadidos**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DIB, Natália Brasil; DUTRA, Carlos Eduardo Pereira; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **A superação do reducionismo epistemológico na educação: um panorama do problema**. Revista Plurais – Virtual, Anápolis: jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/7552/5298>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2008

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 jan. 2025.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Educação & Sociedade, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRjX7m>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PINTO, Marialva Moog; CANGUE, Justino. **ODS 4 e a educação superior de qualidade: desafio para Angola e o Brasil, os países do sul global**. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, 2022.

RANDOLPH, Rainer. **Políticas públicas e desenvolvimento regional: desafios e potencialidades no Brasil**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, 2018.

SANTOS, Erika Neder dos. **Educação inclusiva no sul global: aplicação da teoria das capacidades no pensamento decolonial**. *Revista Interdisciplinar Sul-EAR*, dez.

2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/7917/5007>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior - 14ª edição: Brasil**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/home/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VARGAS, Mojana. **Capítulo 4 – ODS 4 “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”**. In: MENEZES, Henrique Zeferino (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

WORLD EDUCATION FORUM. **Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos**. Incheon, Coreia do Sul, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656>. Acesso em: 15 jan. 2025.